

# MÍDIA E PARLAMENTO: O CASO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

MEDIA AND PARLIAMENT: THE DILMA ROUSSEFF'S IMPEACHMENT CASE

\*Aryell Calmon

Recebido em: 09/09/2019

Aceito em: 26/12/2019

## Resumo

A pesquisa, a qual este trabalho se refere, centra-se na relação entre a mídia e o parlamento. Analisa-se os discursos proferidos pelos Deputados Federais da 55ª legislatura da Câmara dos Deputados do Brasil, durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, tendo como foco a frequência com que as matérias produzidas pelos três jornais nacionais mais influentes (Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo) foram utilizadas em seus pronunciamentos. Tem-se, portanto, a ausência de uma clara definição de que a atuação da mídia, dada de forma enviesada a favor da retirada de Dilma, foi um fator determinante para que o deputado definisse o seu voto ou se empenhasse em convencer os seus pares. O uso da informação midiática acontece, majoritariamente, para satisfazer as necessidades retóricas do parlamentar.

**Palavras-chave:** Mídia; Política; Parlamento; Impeachment; Dilma Rousseff.

## Resume

The research, to which this paper refers, focuses on the relationship between the media and the parliament. The speeches given by the Federal Deputies of the 55th legislature of the Brazilian Chamber of Deputies during the impeachment process of former President Rousseff are analyzed, focusing on the frequency with which the articles produced by the three most influential national newspapers (Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo) were used as sources to support their pronouncements. Therefore, there is a lack of a clear definition that the media's bias towards Dilma's withdrawal was a determining factor. The use of media information happens, mostly, to satisfy the rhetorical needs of the parliamentarian.

**Key words:** Media; Politics; Parliament; Impeachment; Dilma Rousseff.

## 1 Introdução

O pós-eleitoral de 2014 iniciou um momento no Brasil de extrema tensão política. A recondução de Dilma Rousseff à Presidência da República esteve rodeada de denúncias de corrupção envolvendo o seu partido — dos Trabalhadores — e aliados, além do acirramento de narrativas de desestabilidade econômica e a ausência de

apoio majoritário no parlamento. Todas estas circunstâncias foram acompanhadas e alimentadas por informações emitidas pelas televisões, jornais e portais de notícias nacionais. A possibilidade de retirar a presidente eleita, como alternativa para sanar a instabilidade, reanimou os mercados financeiros, fortaleceu a oposição derrotada

nas urnas e unificou setores do Congresso Nacional.

Compreender os fatores que determinaram o fim antecipado do segundo mandato[1] da ex-presidente Dilma Rousseff e, conseqüentemente, o término de uma sequência de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) não é uma tarefa fácil. Desde agosto de 2016, quando o Senado Federal aprovou o impedimento da petista, diversos sociólogos, cientistas políticos, jornalistas e intelectuais vem tentando desbravar a história, no sentido da compreensão do referido processo e torná-lo menos suscetível a polarizações interpretativas. Uma tarefa nada fácil.

Os estudos que se debruçam na relação entre mídia e política estão majoritariamente alocados em compreender a interferência de uma atuação midiática na opinião pública. Diferentemente, esse trabalho aborda o reflexo da mídia no campo de atuação dos agentes políticos. Conforme salientam Miguel e Máximo (2015), “a interface entre os meios de comunicação e o campo político é mais ampla”.

(...) como disse Hallin (1994, p. 13), um fórum de debate para as elites políticas; ou ainda, segundo a formulação de Cook (1998), são uma verdadeira instituição de governo, garantindo o fluxo de informações entre seus diferentes ramos e instâncias. Em particular, cabe observar que o ambiente de representações do mundo social construído pelos meios de comunicação age tanto sobre os cidadãos comuns quanto sobre os líderes partidários, parlamentares e governantes. Em suma, a mídia contribui significativamente para formar o universo de referências a partir do qual os integrantes das elites políticas constroem suas ações” (MIGUEL; MÁXIMO, 2015, p. 1).

Com isso, o objetivo desse artigo é apresentar

de que forma os meios de comunicação de massa estavam presentes nos discursos dos parlamentares sobre o impeachment de Dilma Rousseff, isto é, sendo apenas referenciada, embasando uma ideia, elogiada ou criticada. É fundamental, ainda, compreender que, embora haja uma crescente tentativa de condicionar a atuação parlamentar à pura formulação de leis e demais mecanismos regulatórios, deputados e senadores também são responsáveis por construir um imaginário sociais e representações simbólicas de um ambiente social. Justamente por isso, a análise de seus discursos se faz relevante. É bem verdade que esses pronunciamentos são, inúmeras vezes, direcionados, in loco, aos próprios pares, no entanto, atingem uma gama variada de público, a saber: os meios de comunicação, expectadores específicos, eleitores e interlocutores temáticos afins.

## 2 A Pesquisa

A pesquisa, a qual este artigo se refere, centrou-se em buscar elementos nos discursos dos parlamentares no Plenário Ulysses Guimarães[2] e na Comissão Especial do Impeachment[3] durante o período dado entre a autorização de abertura do processo pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha[4], em 2 de dezembro de 2015, até a aceitação pela Câmara em 17 de abril de 2016, que justificassem uma direta utilização da mídia jornalística (Folha de S.Paulo’, ‘O Estado de São Paulo’ e ‘O Globo’) para embasar posicionamentos e justificar posições, sejam a favor ou contra o impeachment.

Na identificação do tipo e da frequência de acesso a mídias jornalísticas entre os deputados da legislatura em foco, fez-se uso de um banco de dados secundários

oferecidos pelo Instituto FSB Pesquisa[5] através do Relatório anual denominado Mídia e Política[6]. Foi elegido o banco de dados[7] produzido em 2016, com informações coletadas nos dias 8 e 9 de março desse mesmo ano, no intento de haver correspondência com os mesmos Deputados Federais que votaram para aceitação da denúncia em 17 de abril de 2016. Fundamentalmente, buscou-se saber de que forma a informação chega até os Deputados Federais. Para isso, foi analisada a resposta à pergunta “Qual é sua principal fonte de informação? Jornais, internet, telejornais, rádios ou revistas?” contidas no relatório Mídia e Política 2016. Os dados demonstram que 43% da amostra utilizada prefere jornais e logo em seguida, 32% preferem a internet.

Mesmo com o impressionante crescimento da leitura de notícias em tablets e celulares, ainda se faz majoritária entre os deputados, a leitura no formato em papel dos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo e mesmo considerando que todos esses possuem edições que podem ser acessadas virtualmente. Apesar do relatório utilizado como base dado demonstrar a preferência por essa leitura em papel, vale considerar que os deputados respondem dessa maneira a fim de conferir mais credibilidade a sua fonte de informação. Somando-se as diferentes formas de acesso virtual, tem-se que 57% da amostra, já em 2016, lê jornal em telas.

Em estudo monográfico publicado em 2018[8], detalha-se a forma como a informação chega ao parlamentar resultando em um acesso digital à mídia tradicional e, ainda, a profusão de mídias específicas que corroboram com o posicionamento do parlamentar. Ou seja, um deputado lê, ao mesmo tempo, a grande

imprensa e sites afeitos a sua linha ideológica. Contudo, o que é pretendido aqui é verificar a referência aos jornais supracitados e, havendo referência, o teor dela e de que forma interferiu na compreensão pelo Deputado e por seus pares do processo de impeachment.

Tendo por base que 42% da amostra de Deputados Federais preferem a leitura de jornais em papel, buscou-se a referência de quais jornais eram os prediletos. Eis, portanto, que surgiu o recorte que figura nesta pesquisa. Apesar dos jornais ‘Correio Braziliense’ e ‘Valor Econômico’ aparecerem dentre os cinco prediletos, apenas os três mais citados, de abrangência nacional, foram priorizados, a saber: Folha de S. Paulo, com preferência de 65%; O Estado de S. Paulo, 41%; e o O Globo, 31%.

Com posse destas informações, seguiu-se para a busca de menções aos jornais priorizados dentro dos discursos no Plenário e na Comissão Especial. Para tal, foi utilizada a busca no portal de notas taquigráficas[9] da Câmara dos Deputados em duas etapas gerais: i) a partir de termos[10] pré-definidos, no Plenário diante do período selecionado; ii) pesquisou-se também os termos em cada reunião da Comissão Especial, a qual ocorreu dentro do período de recorte. Obteve-se um total de 90 discursos mencionando os jornais preferidos por deputados de diversas legendas partidárias, em variados dias e a partir de diferentes oportunidades.

Dos 2.374 discursos (100%) sobre o impeachment no período em análise, apenas 91 (3,8%) elencam os jornais aqui em discussão e 2.284 (96,2%) não fazem referência alguma a estas mídias. Isso não quer dizer que a informação de determinado jornal não tenha sido um fator determinante na construção do voto, afinal, parla-

mentares podem ter feito referência a notícias publicizadas por eles sem necessariamente mencioná-los em seu discurso. Nesse sentido, somente a análise quantitativa não apresentaria subsídios que contemplassem a uma compreensão geral do processo. Mesmo com uma baixa expressividade, foi preciso analisar os discursos daqueles deputados que mencionam os jornais para entender em que direção estava a fala e de que forma a informação destas mídias chega aqueles que são os tomadores de decisão.

Antes disso, é preciso dimensionar em qual direção estavam as publicações dos três jornais em questão nesta pesquisa durante dezembro de 2015 e abril de 2016, período desde a abertura do processo de impeachment até a aceitação da denúncia pela Câmara. Com a base de dados produzida pelo Manchetômetro[11] é possível identificar que existe uma inegável condução midiática em sentido pró-impeachment.

A Folha de S.Paulo é o jornal com maior quantidade de menções negativas a ex-presidente Dilma, ao mesmo tempo em que apresenta a maior quantidade de matérias neutras, isto é, sem valências positivas ou contrárias a ex-presidente. Esta dicotomia pode ser explicada pelo caráter plural na linha editorial da Folha, de forma que, como ver-se-á a seguir, este jornal é o citado tanto pelos parlamentares a favor do impedimento quanto pelos que se posicionam contrários. Ao mesmo tempo, o jornal O Globo é o mais radical em críticas a ex-presidente e o menos utilizado nos discursos investigados dos deputados.

### 3 Resultados

Os 91 discursos investigados foram pronunciados por 60 deputados diferentes, uma média de menos de

duas aparições por parlamentar. A Folha de S. Paulo é o jornal mais citado pelos deputados em 47,3% dos discursos, seguida pelo Estado de S. Paulo (37,3%) e O Globo (15,4%). Os números estão de acordo com o resultado da pesquisa do relatório *Mídia e Política 2016* (FSB, 2016). Os oradores mais frequentes foram a deputada Erika Kokay (PT-DF) e o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que falaram por 6 vezes cada e mencionaram os três jornais estudados. Ambos são de partidos que fizeram forte campanha contra o impedimento de Dilma Rousseff. As legendas que mais fizeram uso da tribuna foram PT e PSDB com, respectivamente, 46% e 12% das aparições. Esses dois partidos estavam no centro do debate de narrativas à época em decorrência da derrota do candidato Aécio Neves (PSDB-MG) para Dilma Rousseff no pleito presidencial de 2014 e, não obstante, ao papel de oposição ferrenha que o partido do então senador adotou.

Com os votos para autorização da abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, tem-se que a maioria dos oradores votou contra (60%). Conforme demonstra Miguel e Máximo (2015, p. 6), “o comportamento dos parlamentares muda de acordo com o período”. Em pesquisa desenvolvida por esses autores, verificou-se que a mídia é mais utilizada com frequência por parlamentares que estão na oposição em decorrência da oportunidade de denúncias ao governo:

Os parlamentares do PT mencionam a mídia muito mais durante a 52ª legislatura (1999 a 2002), que corresponde ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso – isto é, quando estavam na oposição. Os meios de comunicação são mencionados em 46% dos discursos de deputados petistas no período, contra apenas 34,6% na 53ª legislatura (primeiro mandato de

Luiz Inácio Lula da Silva). Já com o PSDB e o PFL acontece o inverso. É um indício de que a referência à mídia ocorre, em alguma medida, pelas denúncias que ela veicula. (MIGUEL; MÁXIMO, 2015, p. 6).

Neste caso específico acontece o oposto: o PT, partido de base do governo à época, mencionou mais os veículos de comunicação em seu discurso do que a oposição - que somada corresponde a 40% dos pronunciamentos. Para tanto, é preciso investigar a forma como a mídia está alocada nesses discursos - seja como crítica, reconhecimento ou referência.

Com o objetivo de compreender de que forma a informação midiática estava posta na ação política, foram considerados três tipos de menção à mídia, a saber: crítica, reconhecimento ou referência. Essa última está presente em 85,3% dos pronunciamentos, seguida por uma menção crítica em 18,6% dos casos e de reconhecimento em 17,3% - com a observação de que eram possíveis respostas múltiplas, isto é, o parlamentar poderia referenciar um veículo de imprensa e ainda destacar, no mesmo discurso, a sua importância. Com isso, tem-se uma menção de referência e reconhecimento ao mesmo tempo.

A menção de referência foi assim definida por caracterizar um uso da informação midiática apenas para alcançar um ponto central do discurso, como exemplo, tem-se o pronunciamento do deputado Paulo Teixeira (PT-SP):

Janína Paschoal, em petição direcionada ao presidente da Câmara dos Deputados, solicita a juntada ao processo já deflagrado da íntegra da colaboração premiada firmada entre a Justiça Federal e o senador Delcídio do Amaral. Ela diz no jornal O Estado de S.Paulo desse final de semana que não aditou porque tem pressa. Ora, pressa de atropelar a Lei.

Intrinsecamente, a menção de referência pode carregar, em alguns casos, a ideia de mídia enquanto provedora de verdade, credibilidade e narrativa de uma versão do fato. Mesmo que haja um reconhecimento dessas funções da imprensa, não é possível classificar o discurso enquanto menção de reconhecimento pois não há citação expressa nesse sentido. Para tornar mais evidente essa diferença, eis o pronunciamento do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), onde há um reconhecimento expresso das qualidades da mídia:

Eu quero agora fazer uma homenagem à imprensa brasileira. A homenagem que eu faço à imprensa tradicional e às novas mídias é ler um pequeno trecho do editorial de hoje do Estado de S.Paulo (...).

Por último, a menção crítica aos jornais estudados é destacada quando há no pronunciamento o interesse de destacar um valor negativo da mídia, seja para desmenti-la ou provocar a desconfiança dos interlocutores com o conteúdo midiático, como é o caso do discurso do deputado Afonso Florence (PT-BA):

Não causa surpresa o editorial do jornal O Globo, que apoiou o golpe de 64 e depois de décadas fez uma autocrítica de cinco segundos, agora reiterar a mesma prática de sempre, a prática conservadora que apoia golpistas.

Ainda é possível identificar casos em que há fusão dos tipos de menção, isto é, em um mesmo pronunciamento, o deputado pode referenciar a mídia para atingir um ponto localizado de seu discurso, reconhecer a importância do veículo jornalístico e ainda criticá-lo, como fez o deputado Silvio Costa (PTdoB-PE):

Ontem à noite eu li, e vou dizer o nome do jornal, o jornal Folha de S. Paulo. Quando eu acordei de manhã havia um placar: Governo só tem 118. À noite havia a seguinte notícia: Oposição não conseguirá mais fazer impeachment. Mas a Folha de S. Paulo eu admiro, sabem por quê? Porque ela teve a dignidade de assumir que é de oposição. Aliás. Eu acho que a função da imprensa é ser investigativa sim, tem que investigar. Acho que a imprensa tem vocação de oposição e tem que ser. Agora meu irmão, tem que fazer com seriedade, tem que fazer oposição séria. Por exemplo, as três revistas semanais passadas, e eu não li as de agora, bateram pesado na presidente Dilma dizendo que tinha feito um balcão de negócios que era um shopping.

Com as nuvens de palavras abaixo, é possível inferir com qual frequência os termos apresentados aparecem nos discursos dos deputados considerando o seu voto. Os termos mais utilizados nos discursos dos parlamentares que votaram “sim” para o prosseguimento do processo de impedimento de Dilma Rousseff dizem respeito, em fundamental, àquilo que é considerado relevante para este grupo dentro do debate. À vista disso, coube aqui verificar o que é menos priorizado por este grupo. Narrativas como a da ideia de “golpe” não são utilizadas nem em sentido crítico, firmando a posição convicta de que o que estava em curso se tratava de um processo legítimo dada a condição de “terrível tragédia” descrita.

Apesar do jornal O Globo, dentro dos pesquisados, ser o veículo que mais publicou matérias contrárias a ex-presidente Dilma Rousseff – conforme levantamento do Manchetômetro[11] –, não é utilizado pela então oposição para validar suas ideias. Este fator é fundamental para ser inserido na ótica de uma adoção das mídias aquém de posições ideológicas. Isso está posto de maneira mais

evidente na hipótese de usos e satisfações da mídia, isto é, “mesmo a mensagem do mais potente mass media não pode influenciar o indivíduo que não faça uso dela no contexto sociopsicológico em que vive” (KATZ, 1990, p. 2).

Entre os governistas, à época, é possível identificar, com base na quantificação de seus discursos a importância em denunciar o processo enquanto um “golpe”. E para tanto, o uso de jornais que difundem uma narrativa contrária a ex-presidente Dilma é presente. Nesse sentido, não existe somente o fator crítica, ou seja, a menção aos jornais para criticá-los, acontece em maior escala a adoção das mídias para fortalecer a narrativa de golpe. É raro que haja uma construção que deslegitime a importância destes veículos. Mesmo a Folha de S. Paulo tendo assumido em editorial[12] a necessidade de retirar a presidente do cargo - segundo discurso da deputada Jandira Feghali em plenário - permanece como canal de informação importante para caracterizar, por exemplo, os desmandos de Eduardo Cunha na presidência da Câmara.

Isso demonstra, em grande medida, que a prioridade dos discursos, neste caso em análise, não estava direcionada para justificar os votos a partir do que foi exposto pela grande mídia, mas sim em utilizá-la com o objetivo de confirmar o respectivo ponto de vista.

A importância do Jornal Folha de S. Paulo pôde ser mensurada também por meio da produção de classes dentro dos discursos. Isto é, conforme demonstra a imagem III, os segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos de texto das outras classes, foram unificados a fim de identificar padrões e dissonâncias (CAMARGO, 2005).

Pode-se notar que os discursos estão divididos em

4 eixos temáticos principais, sendo os dois mais relevantes aqueles referentes ao jornal Folha de S.Paulo (classe 2) e ao jornal O Estado de São Paulo (classe 4). As classes 1 e 3 apresentam, respectivamente, uma discussão sobre a conduta do então presidente da Câmara dos Deputados e com relação às manifestações que vinham sendo financiadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Destrinchando as classes é possível inferir de que forma os discursos estão dados e a que eles são associados. Na classe 2, da Folha de S.Paulo, há uma eminente discussão de natureza mais política ao mostrar “Lula” e “impeachment” de forma expressiva em comparação à classe 4, encabeçada pelo Estado de S.Paulo, onde o debate está mais voltado para uma natureza informativa e crítica ao governo Dilma. O que se tem da classe 1, liderada por Eduardo Cunha, é uma tentativa de diversos parlamentares, principalmente contra o impeachment, de caracterizar o processo aberto por Cunha como indevido, dado que o ex-presidente da Câmara estava sendo denunciado no Conselho de Ética pela existência de contas[10] não registradas na Suíça. Por fim, a classe 3 é também usada por parlamentares que apoiavam Dilma Rousseff no intento de demonstrar que as manifestações de rua, estampadas na capa de diversos jornais à época, eram financiadas pela FIESP e, portanto, não possuíam o “real” caráter de uma mobilização popular.

Analisando o quadro a seguir, é possível identificar como os discursos presentes nas classes 1 e 3 são relativos a parlamentares com votos “não”, contrários ao prosseguimento da denúncia e os discursos das classes 2 e 4 estão mais próximos, dialogam mais entre si, e referem-se a parlamentares do voto “sim”, a favor da denúncia seguir para o Senado Federal. É possível observar a

predominância no 2º quadrante dos discursos das classes 2 e 4, conforme demonstra a imagem III. Isso significa que os discursos dos parlamentares presentes também neste mesmo quadrante possuem uma similaridade.

Nesse sentido, os dois exemplos a seguir são elucidativos para compreender a mídia na discussão do impeachment majoritariamente como fator de referência e não como definidora da agenda de debate. A deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) (\*suj\_43), mesmo votando “não”, tem um discurso extremamente próximo ao deputado Danilo Forte (PSB-CE) (\*suj\_40) do núcleo pró-impeachment. Já os dois sujeitos mais destacados, os deputados Ivan Valente (PSOL-SP) (\*suj\_13) e Paulo Pimenta (PT-RS) (\*suj\_17), ambos pró-Dilma, figuram em campos discursivos muito distantes entre si. A razão desses paradoxos é simples: independe do espectro ideológico o uso da informação midiática, isto é, parlamentares que se opõem quanto à matéria impeachment podem utilizar os recursos midiáticos de formas semelhantes para atender aos seus interesses.

No quadro, “\*v\_1” corresponde aos votos pró-impeachment e “\*v\_2” fazem referência aos votos dos parlamentares pró-Dilma. Dado isso, não é possível observar uma evidente oposição direta dos discursos. Os discursos dos votos “sim” estão centrados no 2º quadrante, enquanto os discursos dos votos “não” estão no extremo oposto, o 4º quadrante, no entanto, com relativa proximidade. Essa fraca separação possibilita encontrar sujeitos[11] que passeiam pelos quadrantes opostos ao seu voto, dado exemplo supracitado. Quanto maior o tamanho que o sujeito se expressa no quadro, maior é a sua relevância para discussão dentro da temática da classe. Na classe

1, o Deputado Ivan Valente (PSOL-SP) é o “\*suj\_13”, portanto, ele é o responsável por grande parte do debate que busca descaracterizar o processo de impeachment por este estar sendo conduzido por Eduardo Cunha. Eis seguimentos do discurso do deputado Ivan Valente:

\*\*\*\* \*suj\_13 \*v\_2

o\_globo deu que eduardo\_cunha tem 13 contas no exterior a maioria na suíça a procuradoria\_geral\_da\_república já levantou quatro contas e a carioca a tabela da carioca engenharia mais nove contas  
\*\*\*\* \*suj\_13 \*v\_2

na verdade o presidente desta casa já tem 13 contas registradas fora do país em nome de offshores são paraísos fiscais o escritório de advocacia que criou uma das empresas offshore de eduardo\_cunha também criou duas offshores para jorge\_zelada para movimentar propinas

Quando observa-se a similitude das palavras – uma análise baseada na teoria dos grafos (MARCHAND & RATINAUD, 2012) que é utilizada frequentemente por pesquisadores das representações sociais (cognição social) e possibilita identificar as concorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexão entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação – dentro dos discursos daqueles deputados que são a favor do impeachment, pode-se notar mais uma vez a grande relevância do jornal Folha de S.Paulo ligado às ideias que reforçam a tese do impedimento defendidas pelo grupo do “sim”. Este jornal funciona tanto para os parlamentares contrários quanto para os parlamentares a favor da ex-presidente como um banco de dados para reforçar as suas teses na defesa dos seus pontos de vista.

De forma a agregar na compreensão conjuntural do problema que se trava nesta pesquisa, foram realizadas

entrevistas aleatórias com Deputados Federais que são considerados “cabeças do Congresso Nacional” na presente Legislatura[12], segundo publicação do DIAP[13] e com assessores parlamentares que trabalham na liderança de dois partidos fundamentais na discussão do impeachment de Dilma Rouseff, o PT e o PSDB. Essas entrevistas apresentam respostas que podem ser entendidas como uma possível conclusão para as questões que foram aqui levantadas.

Deputados, que podem ser chamados de elite parlamentar pela posição de prestígio que ocupam e ocuparam em suas carreiras (MESSENBURG, 2002), afirmam que o conteúdo produzido pela grande mídia é questionável e não é utilizado por eles e por seus pares na definição de votos, assim como não foi no processo de impeachment aqui colocado. Os dados confirmam esta afirmação ao demonstrar o uso a bel-prazer da mídia, sem qualquer demonstração de vínculo ideológico maior.

Nas respostas dadas pelos assessores das lideranças partidárias, tem-se um ponto que dialoga com as respostas destas elites. É dito que a mídia não é o guia das ações, ou mesmo o fator determinante para aquele deputado que ocupa a liderança do partido. As empresas que financiam a legenda, juntamente com o lobby empresarial, conseguem convencer mais o parlamentar a um voto em específico do que os artigos de opinião, capas e os editoriais produzidos pelos três jornais que foram analisados aqui.

## 4 Conclusão

Não há, portanto, uma definição de que a atuação da mídia, dada de forma enviesada a favor da retirada de Dilma, foi um fator determinante para que o deputado definisse o seu voto ou se empenhasse em convencer os seus

pares. O que se tem de fato é um manejo das informações, seja utilizando-as como base argumentativa ou como base para crítica, de forma a conduzir o debate à contemplação dos interesses defendidos pelo parlamentar. Ou seja, o deputado opta por um determinado conteúdo de certo jornal com a finalidade de comprovar os seus posicionamentos.

Notadamente, esses resultados não indicam a inexistência do que afirma a teoria agenda setting, na qual a mídia seleciona os temas que serão postos em discussão na sociedade (ARMAND; MATTERLART, 2012), mas confirmam que o parlamento não atende diretamente a essa lógica e responde a mecanismos de valoração próprios do campo político.

Os jornais são utilizados de forma a dar maior veracidade à informação que o parlamentar transmite na tribuna, como por exemplo, citando a nomeação do ex-presidente Lula para Ministro da Casa Civil ou a existência de contas de Eduardo Cunha na Suíça. O primeiro discurso tenta reforçar a necessidade do impedimento, enquanto o segundo está voltado para questionar a abertura do processo. Ambos são tidos no jornal Folha de São Paulo.

O conteúdo produzido, seja contrário ou neutro, não é utilizado pelos deputados pró-impeachment com a finalidade de autorizar a instauração do processo de impedimento. A forma como determinada publicação é empregada pelo parlamentar em seu discurso diz sobre o senso comum que se tem, ou seja, a forma como o jornal é visto sempre, independentemente de suas publicações no processo de impeachment.

Neste sentido, o aprofundamento no estudo de dois elementos é fundamental para compreender qual a racionalidade do voto dos parlamentares: i)

a elite parlamentar, dado que este grupo seletivo é que conduz a agenda de debates no legislativo; ii) a opinião pública, concebendo-a aqui como construída pela mídia, visto que as abordagens já produzidas nesta área, especificamente sobre a sua influência no parlamento por razões eleitorais, podem elencar pontos invisíveis a esta análise (LIPPMANN, 2008).

A ação parlamentar vinculada diretamente à influência da mídia não é uma hipótese que pode ser descartada por completo, mesmo com os elementos trazidos nesta pesquisa. Para tanto, no debate sobre a denúncia a ex-presidente Dilma, o conteúdo, produzido pela Folha de S.Paulo, O Globo e Estado de S.Paulo, possuem fracas evidências no sentido em que possam ter influenciado o voto dos parlamentares, ainda que o impeachment tenha sido uma matéria de altíssima relevância em seu próprio sentido institucional e como passível de uma categorização do deputado diante da opinião pública.

Esta pesquisa figura, portanto, como uma instigante construção para se pensar mais investigações voltadas para a presença de dois agentes que são considerados em geral inseparáveis: a ação da mídia e a atuação parlamentar.

## NOTAS

\* Licenciado e bacharel em Ciências Sociais com habilitação em sociologia pela Universidade de Brasília - UnB.

[1] O segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff foi alcançado através da vitória em eleição direta realizada em outubro de 2014. A petista alcançou 51,6% dos votos contra 48,3% de Aécio Neves (PSDB). Algumas

explicações sugerem que a instabilidade do Governo Dilma II (2015-2016) começou em decorrência da pequena diferença entre os candidatos no segundo turno e da, já presente à época, baixa popularidade. (Fonte: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-e-reeleita-presidente-e-amplia-para-16-anos-ciclo-do-pt-no-poder.html> - Acesso em 29/07/17).

[2] O Plenário é o órgão máximo de deliberação da Casa. Nele, os representantes do povo, reunidos em sua totalidade, discutem e votam soberanamente as proposições em tramitação, no cumprimento da função constitucional conferida ao Poder Legislativo de elaboração do ordenamento jurídico e de fiscalização financeira e orçamentária.

[3] A Comissão Especial do Impeachment foi um colegiado de Deputados Federais criado com a finalidade de emitir parecer sobre a denúncia contra a então Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

[4] Eduardo Cunha, até a finalização desta pesquisa, em 30 de julho de 2017, continuava preso desde 19 de outubro de 2016 por decisão do juiz Sérgio Moro no processo em que Cunha é acusado de receber propina de contrato de exploração de Petróleo no Benin, na África, e de usar contas na Suíça para lavar o dinheiro. (Fonte: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html> - Acesso em 29/07/2017).

[5] FSB Pesquisa é um instituto especializado na produção de estudos para decisões estratégicas, com foco em resultados de alto valor. Com inovação permanente, a FSB Pesquisa

concentra sua experiência em diagnósticos de imagem e desenho de cenários a partir de levantamentos com líderes de opinião, autoridades, público interno e sociedade em geral. (Fonte: <http://www.institutofsbpesquisa.com.br/> - Acesso em 29/07/17)

[6] O Mídia e Política é hoje o maior e mais completo banco de dados desse gênero no país, tendo como foco central avaliar como se informam os tomadores de decisão no legislativo nacional. (Fonte: Mídia e política 2016: hábitos de informação e monitoramento político; 6. – Brasília: FSB Comunicação, 2016.)

[7] As pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto FSB Pesquisa na Câmara dos Deputados são desenvolvidas com amostras de 200 a 220 deputados federais, entrevistados pessoalmente nas dependências do Congresso Nacional, com autorização da Primeira Secretária da Mesa Diretora. Os parlamentares são entrevistados aleatoriamente, observando-se a proporcionalidade das bancadas partidárias. Para a edição do Mídia e Política selecionada, foram entrevistados 230 deputados federais, de 26 partidos, nos dias 8 e 9 de março de 2016.

[8] BORGES, Aryell Calmon Gonzaga. Da redação ao gabinete: o caminho e a utilização da informação midiática pelos líderes partidários na Câmara dos Deputados. 2018. 86 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

[9] Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>.

[10] Nas taquigrafias produzidas de cada sessão do Plenário e da Comissão Especial dentro do período recortado buscou-se pelos termos: “folha de são paulo”,

“folha de s.paulo”, “folha”, “estado de são paulo”, “estado de s.paulo”, “estadão”, “o globo” e “globo”. Estes termos estavam inseridos dentro da temática “impeachment” pré-escolhida na ferramenta de busca no portal da Câmara. Isto é, foram captados todos os discursos que faziam referência ao processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e mencionavam os termos alocados. A variação destes termos se deu de forma a obter todas as formas possíveis de referência aos jornais. Na busca por “globo” houve a seleção dos pronunciamentos concernentes ao jornal ‘O Globo’ diante das referências à Rede de Televisão Globo. Em função da impossibilidade de identificar qual veículo de comunicação estava sendo referido, descartou-se a busca por termos isolados como “imprensa”, “jornal” e “mídia”.

[11] O Manchetômetro é um site de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). O LEMEP tem registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e é sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Manchetômetro não tem filiação com partidos ou grupos econômicos.[12] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>.

[12] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1688952-suica-encontra-quatro-contas-bancarias-atribuidas-a-eduardo-cunha.shtml>.

[13] Os sujeitos podem ser identificados em observância à tabela I.

[14] O objetivo da série “Os Cabeças” do Congresso

Nacional – produto de acompanhamento permanente e sistemático do DIAP desde 1986 – é fornecer ao movimento social e sindical uma radiografia dos principais INTERLOCUTORES e definidores da agenda legislativa do Congresso Nacional. São “Cabeças” do Congresso Nacional 100 parlamentares que na visão do DIAP atuam, influem e decidem a agenda do Parlamento. (Fonte: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes> - Acesso em 29/07/17).[15] O DIAP é o Departamento Intersindical De Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983, estruturado para atuar nos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional e, excepcionalmente, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora. (Fonte: <http://www.diap.org.br/index.php/diap/o-que-e7> - Acesso em 29/07/17).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, B. V. ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In Moreira, A. S. P.; Camargo, B. V.; Jesuíno, J. C.; Nóbrega, S. M. (Eds.) Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais (pp. 511-539). João Pessoa: Editora da UFPB. (2005).

FSB COMUNICAÇÕES. Mídia e Política 2016: hábitos de informação e monitoramento político; 6. – Brasília: FSB Comunicação, 2016.

KATZ, Elihu. A propos des médias et de leurs effets. In: SFEZ, Lucien; COUTLÉE, G. (orgs.), Technologies et symboliques de la communication, PUG, Grenoble, 1990.

LIPPMANN, W. Opinião Pública. Petrópolis, RJ: Ed.

Voices, 2008.

MANCHETÔMETRO. Disponível em: < [http:// www.manchetometro.com.br/](http://www.manchetometro.com.br/) > Acesso em 29 de julho de 2017.

MARCHAND, P.; P. RATINAUD. L'analyse de similitude appliqué aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. Em: Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. JADT 2012. (687–699).

MATTELART, M. História das teorias da comunicação. São Paulo: Ed. Loyola Jesuítas, 12ª edição, 2012.

MESSEMBERG, Débora. A Elite Parlamentar do Pós-constituente: Atores e Práticas. Ed. Brasiliense, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; MÁXIMO, Helena. Ecos da mídia no discurso parlamentar. Revista Sul-Americana de Ciência Política, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2015.

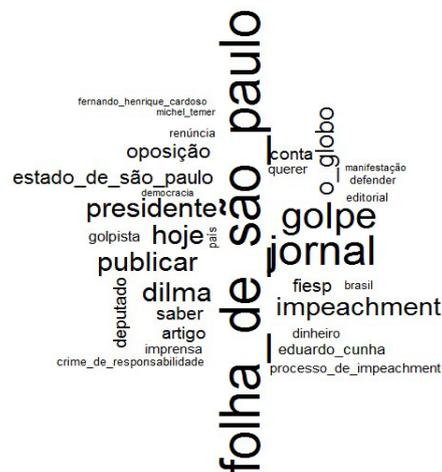
## ANEXOS

IMAGEM I – Nuvem de palavras dos discursos dos Deputados a favor do impeachment.



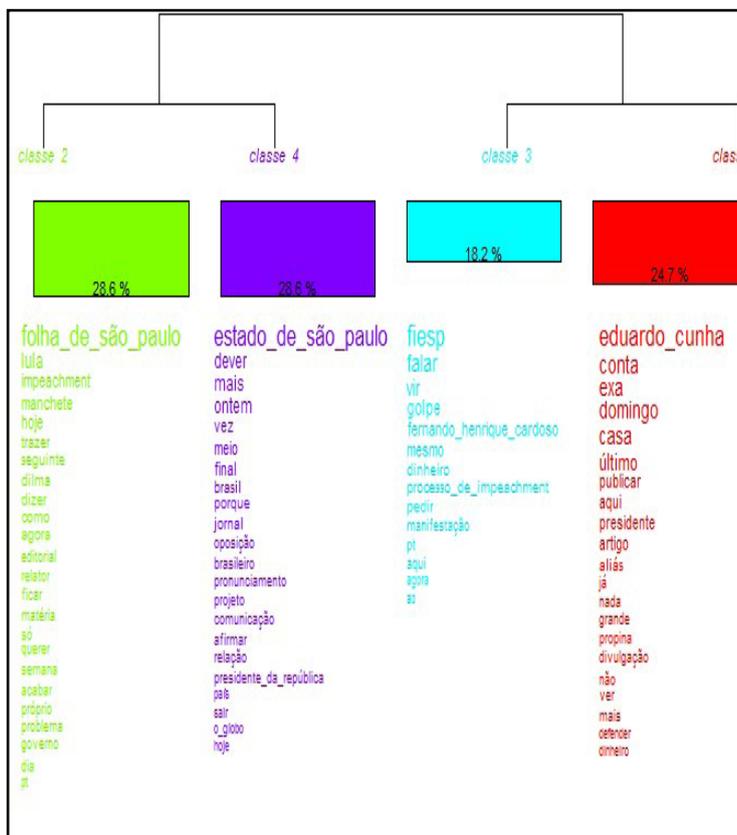
Fonte: Elaboração própria através do programa Iramuteq

IMAGEM II – Nuvem de palavras dos discursos dos Deputados contra o impeachment.



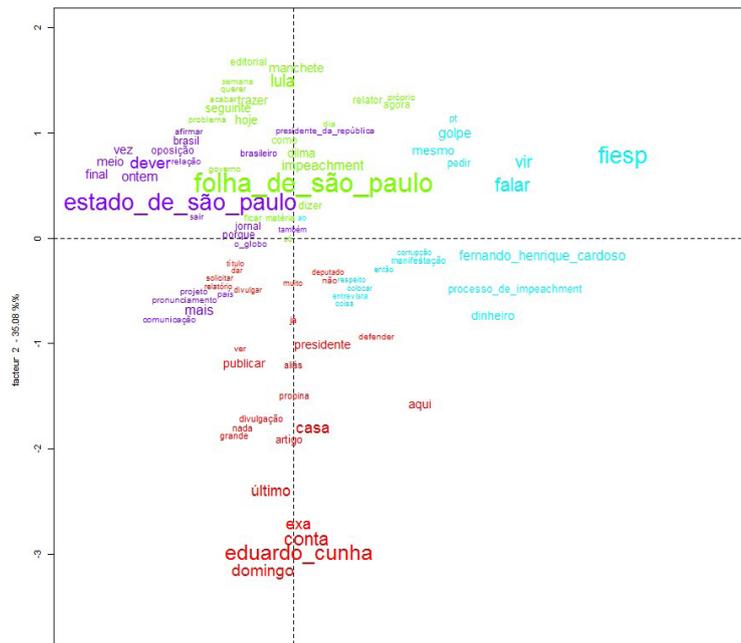
Fonte: Elaboração própria através do programa Iramuteq

IMAGEM III – Classes temáticas dentro dos discursos dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria através do programa Iramuteq.

QUADRO I – Distribuição dos votos e sujeitos em quadrantes de similitude.



Fonte: Elaboração própria através do programa Iramuteq

QUADRO II

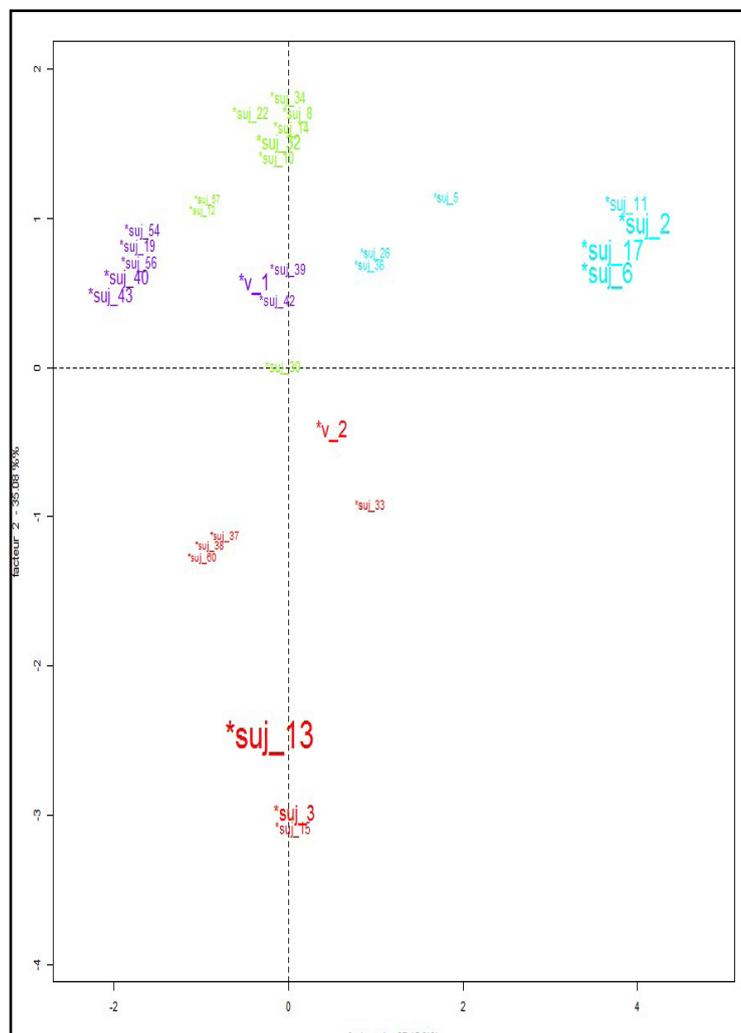


Gráfico I

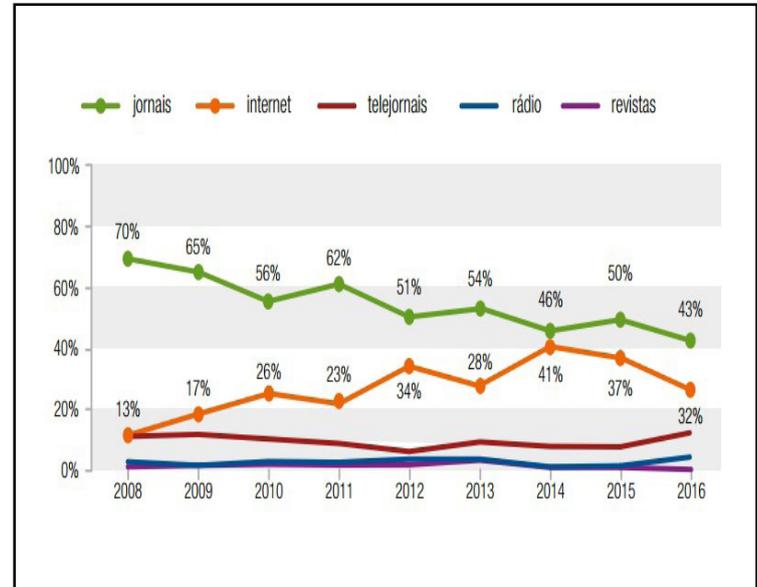


Gráfico II

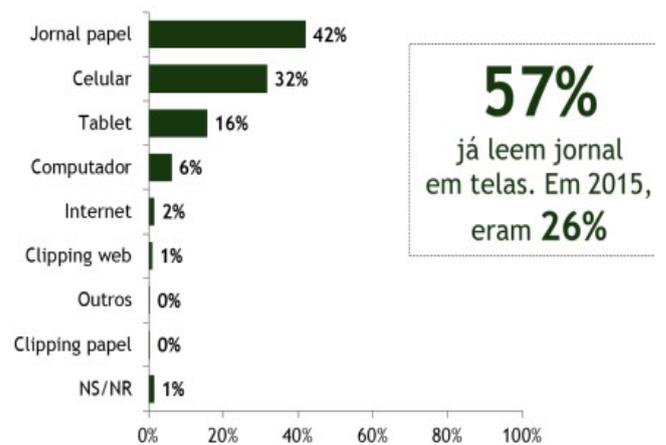


Gráfico III

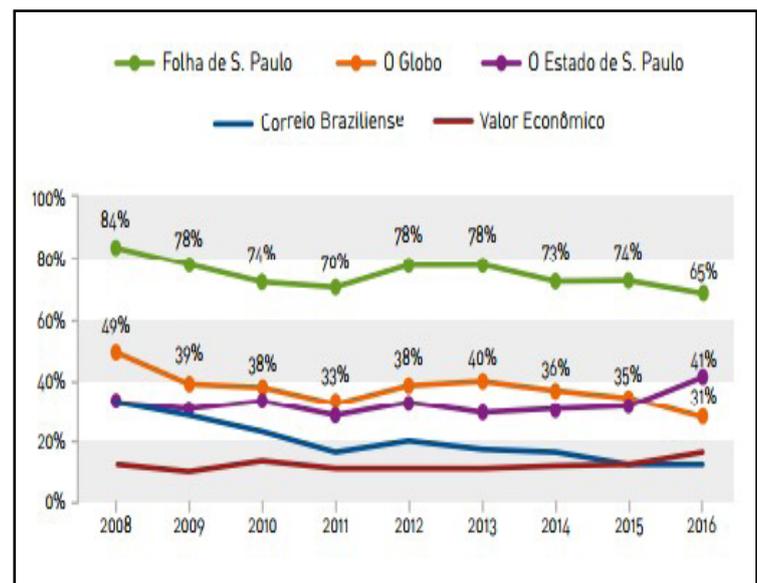


Gráfico IV

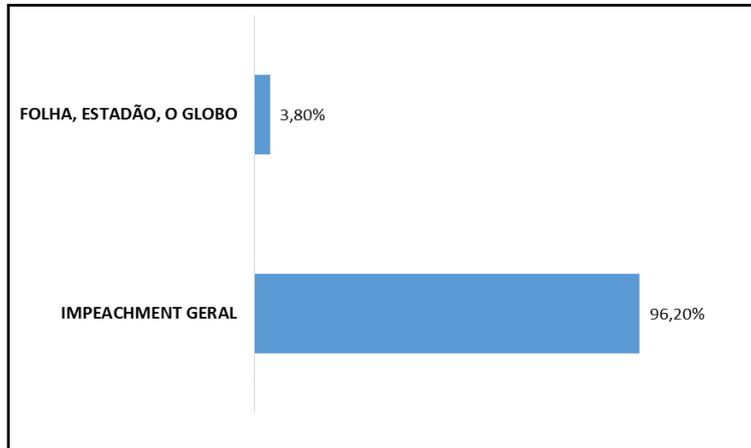


Gráfico VI

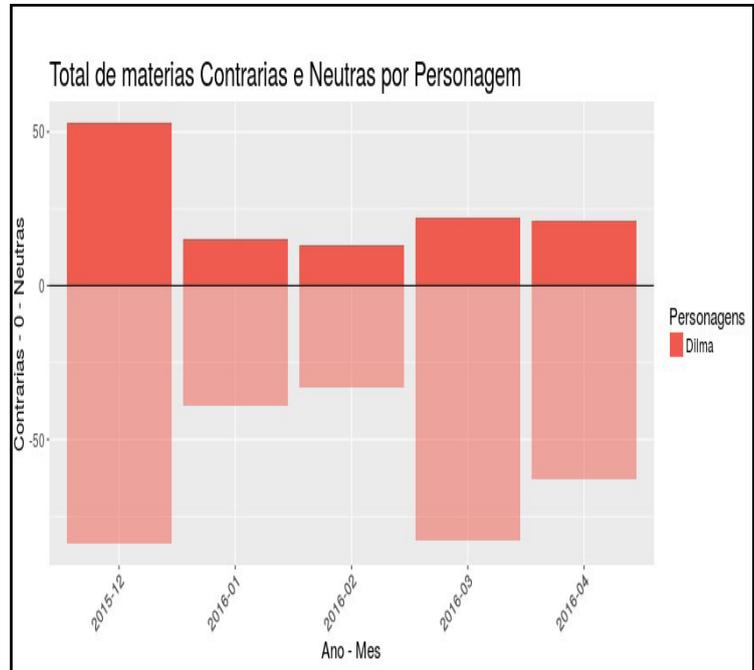


Gráfico V

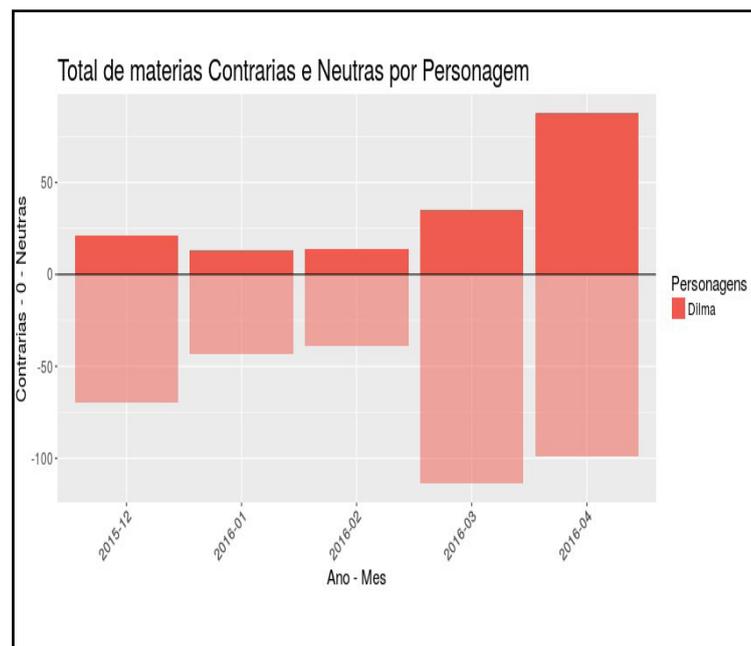


Gráfico VII

